

Coletânea de textos comunitários institucionais

ECONOMIA SOCIAL  
NOTA INTRODUTÓRIA

A CASES considerou relevante compilar alguns dos mais importantes documentos europeus sobre economia social e inseri-los numa das publicações comemorativas do Ano Internacional das Cooperativas 2012, declarado pelas Nações Unidas.

Embora o conceito de economia social surja no léxico da Comissão Europeia no final da década de 80, vários foram e continuam a ser os textos e estudos realizados pelas instituições europeias sobre cada uma das suas famílias - associações, cooperativas, fundações e mutualidades.

Decidimos seleccionar os textos relevantes produzidos pelas instituições europeias - Comissão, Conselho, Parlamento, Comité Económico e Social e Comité das Regiões. Não incluímos jurisprudência dos tribunais comunitários, não querendo com isso significar a sua menor importância: antes não se adequa ao perfil mais generalista desta coletânea.

Apesar da relativa dificuldade em encontrar uma sistematização totalmente coerente dentro da complexa e por vezes dispersa teia de documentos europeus, procurámos ordená-los de uma forma acessível quer para consulta quer para uma compreensão histórica do papel desta realidade na União Europeia. Os textos estão ordenados cronologicamente dentro de cada capítulo, abrindo-se exceção para os documentos das diferentes instituições sobre um mesmo objeto, que seguem juntos.

Na parte I, um primeiro capítulo contém textos de natureza generalista sobre economia social. Nos capítulos seguintes, dedicados a cada uma das famílias, a maioria dos textos incide sobre o estatuto/projeto europeu de cada uma destas formas jurídicas. As cooperativas são a única família que já goza de um estatuto europeu, em vigor desde 2003, após um longo processo iniciado em 1991. O projeto da mutualidade europeia, bem como o da associação europeia, que foram iniciados sensivelmente na mesma altura (inícios de 90), aguardam desenvolvimentos; em 2011 surgiu, pela primeira vez, uma proposta de estatuto jurídico para a fundação europeia.

Os restantes textos são na sua maioria transversais e estão agrupados em partes que se referem à economia social (ou suas componentes) enquanto instrumento para a concretização do mercado único (parte II) e de desenvolvimento e emprego (parte III), contendo no entanto considerações relevantes para a definição do conceito de economia social.

A parte IV é composta por um capítulo de recolha de excertos de textos jurídicos e doutrinários, bem como de pareceres institucionais que, não se referindo especificamente à economia social, a abordam e são por isso relevantes na tentativa de compreensão desta realidade; e por um capítulo dedicado aos programas de apoio às entidades da economia social.

Importa finalmente referir que aquilo a que hoje chamamos economia social é uma realidade que durante longos anos foi representada na União Europeia de forma muito significativa pelo movimento cooperativo. Assim se explica que, de todas as famílias da economia social, as cooperativas sejam as mais presentes nesta obra, sobretudo nos textos mais antigos.

Filipa Farelo  
janeiro de 2013